



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1318580 - PR (2018/0164482-0)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : APARECIDO RODRIGUES**  
**ADVOGADO : LEANA MARIA BACON DE OLIVEIRA - PR049800**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE CAMBARA**  
**PROCURADOR : ESLI ARANTES - PR066429**

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por APARECIDO RODRIGUES contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Na origem, Aparecido Rodrigues ajuizou ação de cobrança com valor da causa atribuído em R\$ 48.749,40 (quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), em março de 2013, tendo como objetivo a condenação do Município de Cambará ao pagamento das horas extras excedentes à jornada de trabalho, diferenças salariais em razão do alegado desvio de função e adicional de insalubridade.

Após sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ manteve a sentença.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS TRABALHISTAS. DOCUMENTOS EXIBIDOS APÓS O PRAZO DO ART. 357 DO CPC. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. PRELIMINAR REJEITADA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO VERIFICADA QUANTO ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QUINQUÊNIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. HORAS EXTRAS QUITADAS. INCORPORAÇÃO NO SALÁRIO BASE. IMPOSSIBILIDADE. INTERVALO INTRAJORNADA OBSERVADO. DESVIO DE FUNÇÃO. INOCORRÊNCIA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE INDEVIDO. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

Não foram opostos embargos declaratórios.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, APARECIDO RODRIGUES interpôs recurso especial, apontando violação do art. 7º da Lei Federal nº 605/49, alterada pela Lei Federal nº 7.415/85, bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que:

(...) mesmo sempre tendo realizado o pagamento de horas extras habituais ao recorrente, o recorrido jamais efetuou a remuneração do descanso semanal remunerado utilizando como base de cálculo o salário-base + horas extras habituais, desrespeitando, por consequência, o dispositivo legal.

Com o devido respeito, a legislação federal deve ser aplicada no presente caso.

Isso porque, inicialmente, os reflexos no DSR pleiteados se referem às horas extras efetivamente pagas, e não às diferenças salariais.

Nos termos da legislação vigente e já mencionada, o cálculo da remuneração do repouso semanal deve levar em consideração o salário e as horas extras laboradas. Os reflexos no DSR, portanto, independem da diferença salarial, e são devidos ainda que exclusivamente calculados com base na remuneração de fato recebida. (fls. 681-682)

No mais, defende que ficou comprovado o exercício de atividades em desvio de função, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.266/01.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base nas Súmulas nº 7/STJ e 280/STF, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Parecer do MPF pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca do pagamento das horas extras, descanso semanal remunerado e do alegado desvio de função, vai de encontro às convicções do julgador a quo, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que todo o valor devido a título de horas extras foi devidamente pago e que não ficou comprovado o alegado desvio de função.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ademais, verifica-se que o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Municipal nº 1.266/2004, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua

vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico". O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator